
	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

Sumário

1.	OBJETIVO	3
2.	ESCOPO	3
3.	RESPONSABILIDADES	3
4.	APLICAÇÃO	4
5.	REFERÊNCIA	4
6.	SIGLAS E DEFINIÇÕES	5
7.	POLÍTICA	6
7.1.	Oferta de cortesias	7
7.2.	Recebimento de cortesias	9
7.3.	Viagens	10
7.4.	Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações	10
7.5.	Treinamentos	10
7.6.	Disposições finais	11
8.	ANEXO	11

	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

1. OBJETIVO

O objetivo desta Política é estabelecer diretrizes, critérios, responsabilidades e procedimentos a serem observados na prática de oferecer e receber Hospitalidades, visando evitar um ato que possa caracterizar o oferecimento de vantagem indevida, suborno ou a intenção de obter tratamento preferencial, ou que possa gerar conflitos de interesse, envolvendo cortesias concedidas, de modo a assegurar a integridade e regularidade de todas as atividades conduzidas pelo IBP.

2. ESCOPO


A oferta de brindes, presentes, refeições, entretenimento e custeio de viagens para participação em visitas ou eventos (Cortesias) pode, em muitos casos, constituir ferramenta de negócio útil.

Por outro lado, aceitar ou oferecer Hospitalidades a terceiros, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços, Agentes Públicos ou associados, podem caracterizar vantagem indevida ou até suborno, se forem oferecidos com a intenção de burlar a lei ou influenciar indevidamente quem recebe a Cortesia. Além disso, em determinados casos, a oferta pode configurar uma infração à lei ou às políticas aplicáveis a quem recebe a cortesia ou Hospitalidade, colocando os envolvidos em situação de violação.

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (“IBP”) quer preservar e proteger sua reputação e evitar qualquer aparência de irregularidade em sua conduta com Terceiros, Agentes Públicos ou associados, motivo pelo qual publica esta Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades, que estabelece requisitos a serem seguidos por todos os Colaboradores.

3. RESPONSABILIDADES

- **Associados:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas todos os Associados e seus representantes.
- **Colaboradores:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas todos os colaboradores.
- **Comitê de Ética:** (I) Fiscalizar o cumprimento dessa Política e aplicação de sanções, quando cabíveis.

	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

- **Gerência Jurídica:** (I) Manter esta Política atualizada e divulgá-la, com o apoio da Gerência de Recursos Humanos.
- **Gerência de Recursos Humanos:** (I) Prestar apoio à Gerência Jurídica na divulgação dessa Política.
- **Terceiros:** (I) Todos os Terceiros não pertencentes ao Instituto que atuem (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto devem seguir as diretrizes aqui descritas.

4. APLICAÇÃO

Esta Política é aplicável a todas as instituições parceiras e associadas, bem como a todos os Colaboradores do IBP, independentemente do nível hierárquico, funções e cargos exercidos, da Associada que representam, se for o caso, bem como da localidade em que se encontram.

Adicionalmente, as diretrizes desta Política também são aplicáveis a Terceiros que se relacionam com o IBP. Para fins desta Política, são considerados terceiros todas as pessoas, físicas ou jurídicas, não pertencentes ao IBP, mas que atuam, direta ou indiretamente, em favor deste, incluindo, mas não se limitando, os prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, entre outros.

Caso um Colaborador ou Terceiro se depare com alguma situação que o coloque em dúvida relacionada ao conteúdo desta Política de Brindes e Presentes, deverá consultar o seu Gestor ou a Gerência Jurídica.


5. REFERÊNCIA

- PR-JD-04 - Código de Ética do IBP
- PO-SI-01 - Política de Viagens Corporativas
- PO-JD-03 - Política de Relacionamento com a Administração Pública

	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

6. SIGLAS E DEFINIÇÕES

- **Associados:** Empresas que participam do Instituto para representação dos seus interesses;
- **Agente Público:** Considera-se agente público aquele que exerce função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função. Também são considerados Agentes Públicos colaboradores empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, nacionais ou estrangeiras, de autarquias, políticos, candidatos a cargo público ou pessoas próximas ou a eles relacionadas;
- **Brinde:** É a lembrança distribuída como cortesia, propaganda ou divulgação habitual, ou por ocasião de alguma promoção, evento ou data comemorativa. Sua distribuição é feita de forma generalizada e impessoal, não se destinando exclusivamente a uma pessoa ou pequeno grupo;
- **Colaboradores:** Todos que desempenham rotineiramente as atividades junto ao IBP, como os empregados, administradores, estagiários e empregados de terceiros cedidos ou a serviço do IBP;
- **Cortesia:** Brindes, presentes, refeições, entretenimentos e hospitalidades ofertados a alguém ou distribuído a diversas pessoas em gesto singelo de amabilidade e gentileza, sem que vislumbre e/ou gere expectativa de a obtenção de vantagem indevida;
- **Entretenimento:** São atividades ou eventos destinados ao lazer, recreação ou diversão, tais como shows artísticos, peças teatrais, óperas, espetáculos de dança, concertos de música, eventos esportivos etc.;
- **E-mail:** Correio eletrônico;
- **Hospitalidades:** São gastos com passagem, hospedagem e, eventualmente, transporte e alimentação, para participação em eventos como visitas e reuniões técnicas, treinamentos, palestras, conferências, seminários, congressos, feiras do setor, entre outros similares;
- **IBP:** Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.
- **Presente:** É algo de valor, usualmente de maior valor do que um Brinde, escolhido com a preocupação de agradar quem o receberá. Ao contrário do Brinde, é endereçado para uma ou algumas pessoas em particular e é oferecido em decorrência de uma relação pessoal ou comercial com quem recebe o Presente;
- **Refeições:** São jantares, almoços, cafés da manhã e atividades de natureza similar;

	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		


- **Terceiros:** Toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente ao Instituto que atue (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, parceiros de negócio, agentes, advogados, entre outros;
- **Vantagem Indevida:** Todo e qualquer item que pode ser utilizado como suborno, com ou sem valor comercial determinado, como por exemplo presentes, viagens, ingressos de eventos, promessas de emprego, vagas em instituições de ensino, informações comerciais, quotas ou ações em sociedades etc. Também constitui vantagem indevida qualquer Cortesia concedida fora das regras estipuladas pela Política de Brindes e Presentes;
- **Viagens:** São aquelas Viagens oferecidas com fins legítimos e justificáveis, para promover o negócio da Empresa. Incluem-se no conceito de Viagens as passagens, hospedagem, traslados, táxi, refeições, em conjunto ou isoladas, e ainda as demais despesas incorridas durante a viagem de negócios.

7. POLÍTICA

Regra Geral

Dar e receber Cortesias (brindes, presentes, refeições, entretenimentos e hospitalidades) é uma atitude que simboliza gentileza e apreço, adotada sempre com o objetivo de criar uma boa imagem para o IBP e promover relações duradouras na sua área de atuação. Tais práticas devem ocorrer de forma transparente e ética, sempre com base em propósitos e interesses lícitos e legítimos. A concessão de Cortesias deve estar alinhada às estratégias de atuação e promoção da imagem e relacionamentos do IBP, à disponibilidade do orçamento e às exigências de aprovação de cada Cortesia, conforme descrito abaixo.

É vedado aos Colaboradores oferecer ou receber Cortesia de qualquer pessoa ou instituição, pública ou privada, que possa representar ou ser percebida como troca de vantagens pessoais ou de negócios e/ou que seja feito na tentativa de influenciar negócios futuros.

	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

É vedada a concessão de Cortesias a (i) todo e qualquer Agente Público ou (ii) Agentes Privados que estejam envolvidos em negociação ou discussão de interesse do Instituto no momento da concessão.

São exceções à vedação do parágrafo anterior:

- A concessão de brindes distribuídos de forma generalizada a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor de 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021)¹;
- A concessão de refeições, desde que não ultrapasse o valor de 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021) por pessoa e seja comunicada posteriormente por escrito para a Gerência Jurídica em até 72 (setenta e duas) horas após a refeição.


No caso de Cortesias para Agentes Públicos deverá ser observado a vedação ao oferecimento de presentes, hospitalidades e entretenimento, visto o teor pessoal dos respectivos itens. Há também que ser observado que para Cortesias permitidas, brindes e refeições, há uma limitação temporal, fixada em 1 (uma) cortesia a cada 6 (seis) meses para o mesmo Agente Público, com fins de evitar o desvirtuamento da função da Cortesia.

7.1. Oferta de cortesias

Ao oferecer Cortesias a Agentes Públicos, Terceiros ou Associados, o Colaborador deve agir com cautela, sempre observando as regras estabelecidas nesta Política e a forma pela qual a oferta poderá ser interpretada.

A oferta de Cortesias deve ser feita somente com fins legítimos de negócios, seguindo as regras gerais abaixo:


¹ Para fins de referência, no período de 01/02/2024 a 01/02/2025, conforme disposto na Lei nº 14.520/2023, 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021), corresponde a R\$ 440,09 (quatrocentos e quarenta reais e nove centavos).

	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

- Brindes e Presentes não podem exceder o valor comercial de 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021) por pessoa;
- Presentes, Entretenimento e Hospitalidades não podem ser oferecidos a Agentes Públicos;
- Brindes e Refeições somente podem ser oferecidos a Agentes Públicos dentro das exceções previstas no item 7 da presente Política;
- Brindes e Presentes não podem ser oferecidos em dinheiro ou equivalentes, nem oferecidos disfarçados na forma de serviços ou outros benefícios;
- Brindes e Presentes somente podem ser oferecidos quando forem destinados a uma ação estratégica ou promocional do IBP, para um público-alvo de interesse, a exemplo de datas comemorativas, treinamentos ou eventos realizados;
- Ofertas de Entretenimento não podem exceder o valor comercial de 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021) por pessoa.
- O Entretenimento oferecido deve ser relacionado com uma finalidade legítima de negócios e ocorrer em um local apropriado para o negócio. O anfitrião ou pessoa que fez o convite deve acompanhar o convidado e estar presente;
- Excepcionalmente, Viagens de Terceiros podem ser custeadas, contanto que a única finalidade delas seja de negócios lícitos, idôneos e relevantes para o IBP; e
- Refeições podem ser oferecidas desde que não excedam o valor de 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021) por pessoa.

Em certas situações, envolvendo ou não Agente Público, não deverão ser concedidas ou recebidas Cortesias. É vedada a concessão ou recebimento de Cortesias quando tal gesto:

- Desrespeite a legislação aplicável, políticas internas do IBP, especialmente a Política Anticorrupção ou políticas internas da outra parte;
- Tenha o intuito de influenciar ou compensar impropriamente um ato ou decisão, como compensação real ou pretendida para obter benefício, direta ou indiretamente;
- Ainda que não caracterizado como impróprio e/ou ilegal, possa lesar a imagem do IBP.


	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

7.2. Recebimento de cortesias

Ao aceitar Cortesias de Terceiros, o Colaborador deve agir com a mesma cautela e sempre observar as regras estabelecidas e a forma pela qual a aceitação poderá ser interpretada.

Nunca se deve solicitar ou insinuar a Terceiros que ofereçam Brindes ou Presentes, caixinha, gorjetas ou benefícios para vantagem própria, seja qual for o valor. É proibido aceitar Cortesias para, em troca, conceder a Terceiro, Agente Público ou Associados vantagens indevidas ou atribuir-lhe negócio, levando sempre em conta as regras abaixo:

- Brindes e Presentes podem ser aceitos desde que não ultrapassem o valor comercial de 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021) por pessoa, não sejam frequentes e nem proibidos pela política ou órgão da empresa de quem presenteia (o Colaborador deve se informar);
- Brindes e Presentes não podem ser aceitos se forem oferecidos em dinheiro ou equivalentes, nem oferecidos disfarçados na forma de serviços ou outros benefícios;
- Em situações nas quais possa ser complicado, indelicado ou rude recusar o Brinde ou Presente, o Colaborador deve informar o gestor direto, que por sua vez deve reportar à Gerência Jurídica o mais rápido possível, evitando que a notícia chegue por fontes diversas e cause mal-entendidos;
- Ofertas de Entretenimento podem ser aceitas desde que não ultrapassem o valor comercial de 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021) por pessoa, não sejam frequentes, tenham relação com uma finalidade legítima de negócio e ocorram em local apropriado para o negócio;
- Excepcionalmente, é possível aceitar o custeamento de Viagens por Terceiros, contanto que a finalidade primária delas seja de negócios lícitos, idôneos e relevantes para o IBP;
- Refeições oferecidas ao Colaborador devem estar relacionadas com uma finalidade legítima de negócios e ocorrerem em locais apropriados para isto. Refeições não devem passar do valor de 1% (um por cento) do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição (conforme o §4º do art. 5º do Decreto 10.889/2021) por pessoa.

	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

7.3. Viagens

Para mais informações sobre o procedimento de viagens, consulte a Política de Viagens Corporativas PO-SI-01 - Política de Viagens Corporativas.

7.4. Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações

A implementação e gestão do Programa de *Compliance* do Instituto, do Código de Ética e das demais políticas e procedimentos são de responsabilidade da Gerência Jurídica.

Ainda que solicitado por um superior hierárquico, o Colaborador ou Terceiro não deve praticar nenhuma conduta em desacordo com as regras previstas nesta Política.


Em caso de dúvida sobre o conteúdo desta Política ou no caso de suspeita de violação, consulte seu Gestor ou a Gerência Jurídica.

Em caso de suspeita de violação à presente Política, registre sua suspeita por meio do Site <https://canaldeeticaibp.legaletica.com.br/>, E-mail canaldeeticaibp@legaletica.com.br, Telefone 0800 400 3333 ou WhatsApp (11) 95271-1924, podendo optar pelo anonimato, ou comunique ao seu Gestor ou à Gerência Jurídica.

Todas as situações ou reclamações reportadas serão tratadas com sigilo. O Instituto garante que não será tolerada qualquer forma de retaliação contra quem, de boa-fé, fizer qualquer reporte ou levantar suspeitas de violações.

7.5. Treinamentos

O Instituto realizará, periodicamente, treinamentos continuados destinados aos seus Colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes desta Política, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Instituto.

	Código: PO-JD-01	Data de Elaboração: 01/02/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 02	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE BRINDES E PRESENTES		

7.6. Disposições finais

Essa Política entra em vigor na data da sua aprovação pela Diretoria Executiva. Qualquer alteração ou revisão desta Política estará sujeita à aprovação da Diretoria Executiva do IBP.

8. ANEXO

NA.